

SC8654

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: (251-11) 5525849 Fax: (251-11) 5525855
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Segunda Sessão Ordinária

21 – 25 de Janeiro de 2013

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/751(XXII)v
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP SOBRE OS REFUGIADOS,
RETORNADOS E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS EM ÁFRICA**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP SOBRE OS REFUGIADOS, RETORNADOS E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, conjuntamente com a Comissão da União Africana e em colaboração com os Parceiros da UA, implementou o seu Plano de Acção que foi adoptado em 1996 em Yaoundé, Camarões, durante a Reunião do Conselho de Ministros, bem como o seu Plano de Trabalho para o ano de 2012, em conformidade com várias Resoluções, Recomendações e Decisões do Conselho.

II. ACTIVIDADES

Reuniões

2. Em Outubro de 2012 em Nairobi, Quénia, o Presidente do Subcomité do CRP sobre Refugiados presidiu o Simpósio da União Africana sobre o Tema: “Cidadania em África: Prevenção de Casos de apatridia, Prevenção de Conflitos”. Isso foi no quadro da medida de implementação da Cimeira Especial de Outubro de 2009 sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, realizada em Kampala, Uganda, em que a UA prometeu apoiar os esforços do ACNUR na promoção da adesão e implementação das Convenções sobre a apatridia entre os Estados Membros Africanos, tal como referido na Recomendação 24. A Recomendação recebeu mais ímpeto quando a União Africana reiterou o seu compromisso na Reunião Ministerial dos Estados Partes, de comemorar o 50.º Aniversário da Convenção de 1961 sobre a Redução dos Casos de Apátrida, em Dezembro de 2011 em Genebra.

3. Foi nesse contexto que o Simpósio foi realizado com o objectivo de sensibilizar os Estados Membros sobre a situação de apatridia no continente africano e a atenção centrou-se nas principais disposições da Convenção de 1954 Relativa ao Estatuto dos Apátridas e da Convenção de 1961 sobre a Redução de Apatridia. A reunião foi também convocada para a criação de um fórum aberto de debate e apresentação de propostas de soluções para os problemas de cidadania e apatridia. Subsequentemente, a reunião recomendou, entre outros, um instrumento continental que melhor reflecte as realidades africanas no domínio de apatridia.

Missões do Subcomité do CRP sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas

4. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas visitou Mauritânia e Níger, entre Agosto e Setembro de 2012. As missões ao Burundi, Tanzânia, Sudão do Sul e Zâmbia foram agendadas para Novembro de 2012 e as suas conclusões serão anexas a este Relatório.

Missões a Mauritânia e Níger

5. Para a realização da sua missão de avaliação à Região do Sahel, o Subcomité escolheu dois dos países afectados, com os seguintes objectivos:

- Exprimir solidariedade para com os Governos e povos da Região devido à grave situação humanitária persistente na zona do Sahel, provocada pela insegurança alimentar crónica;
- Consultar as autoridades governamentais responsáveis pelos refugiados e outros assuntos humanitários, as Agências das NU e outros intervenientes não-governamentais;
- Avaliar a situação dos refugiados malianos na Região;
- Visitar um campo de refugiados malianos e manifestar-lhes solidariedade;
- Transmitir o apreço da União Africana aos Governos que acolhem os refugiados, particularmente as comunidades de acolhimento pela sua hospitalidade e assistência contínua às populações afectadas;
- Avaliar a implementação do mandato de protecção tanto dos Governos como das Agências Humanitárias nos países afectados;
- Avaliar a situação humanitária provocada pela situação de insegurança alimentar no Sahel, com vista a avaliar a natureza do apoio necessário aos Governos da região;
- Avaliar e analisar as causas fundamentais da situação humanitária geral e apresentar soluções duradouras que tomem em consideração o reforço da capacidade de resistência nas comunidades através da melhoria dos seus meios de subsistência; e
- Explorar as vias e meios através dos quais os Governos e outros intervenientes humanitários podem intensificar o seu apoio global às populações afectadas da Região.

Mauritânia

6. A visita a Mauritânia realizou-se em Agosto de 2012. O Presidente da Mesa do Subcomité do CRP sobre Refugiados chefiou a Delegação. A Delegação reuniu-se e teve intensos debates com autoridades governamentais, Agências das NU e outros intervenientes humanitários no país que incluíram: Federação Internacional da Cruz Vermelha & do Crescente Vermelho (FICV/CV), Comité Internacional da Cruz Vermelha & do Crescente Vermelho (CICV/CV), Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Refugiados (ACNUR) e Programa Alimentar Mundial (PAM). Eles forneceram informações detalhadas sobre as suas funções relacionadas com questões de deslocação forçada.

7. O Chefe da Delegação informou o Governo da necessidade de manifestar solidariedade às populações afectadas e da necessidade de apoiar, doando um montante simbólico de 450.000 US dólares para a ajuda alimentar, através do Programa Alimentar Mundial, a quatro países afectados, nomeadamente Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger. A Delegação foi informada acerca da crise no Mali que é de natureza multifacetada e, por isso, requer uma resposta que reconheça e tome isso em consideração nas suas acções. A necessidade de analisar de forma crítica as principais causas do conflito torna-se um elemento primordial para todo o processo de paz. O reconhecimento da natureza complexa da crise desempenha um papel fundamental na solução duradoura do conflito. Informou-se que as autoridades da Mauritânia também prestam assistência à população de refugiados nas áreas de segurança, saúde e outras questões sociais. O campo em Mbeera tem mais de 104.000 refugiados.

8. A Delegação visitou a Agência Nacional de Apoio e Inserção dos Refugiados (ANRI). A Agência foi criada em 2008 para tratar do repatriamento de mauritanianos violentamente deslocados ao longo da fronteira na sequência dos acontecimentos de 1989 nesse país. A Agência é responsável pela implementação do Acordo Tripartido entre a Mauritânia, Senegal e o ACNUR. Até à data a Agência foi capaz de reinstalar mais de 34.000 pessoas, incluindo cerca de 5.800 famílias. O programa de reinstalação inclui a introdução e desenvolvimento de actividades agro-pastoris nas áreas à volta do Rio Senegal no Sul do País, e desenvolvimento de infra-estruturas que abrangem a construção de mesquitas, escolas e hospitais. Além disso, a Agência está a promover o registo dos cidadãos mauritanianos retornados, com o objectivo de assegurar que eles não percam a sua nacionalidade. Este ponto específico foi considerado pela Delegação como uma boa prática que deve ser partilhada com outros Estados Membros da UA. Observou-se que cerca de um milhão de pessoas estão afectadas pela situação de insegurança alimentar na Mauritânia, o que representa cerca de um terço da população nacional. Registou-se que Mauritânia importa cerca de 70% das suas necessidades alimentares e os actuais preços elevados de alimentos no mercado internacional agravam ainda mais a situação. Além disso, a falta de chuva nas áreas agrícolas limitadas traduz-se na escassez crónica de alimentos através da redução da produção local e importação de alimentos devido aos elevados preços dos alimentos, cuja combinação é exemplificada pela grave insegurança alimentar.

9. Para evitar a fome, algumas abordagens estão a ser exploradas e incluem a concessão de ajuda alimentar em larga escala às populações afectadas através de vários programas, nomeadamente os que incidem essencialmente nas crianças e outros grupos vulneráveis. Sublinhou-se também que especial atenção deve ser dada à protecção da pecuária para criar meios de subsistência para as comunidades pastoris.

Visita ao Campo de Mbeera

10. A missão visitou o campo de refugiados de Mbeera, que se situa aproximadamente a 1500 Km de Nouakchott na fronteira entre Mauritânia e Mali, na parte oriental da Mauritânia. O campo acolhe 104.109 refugiados ou 20.585 famílias do Mali. Estas pessoas foram deslocadas pelo conflito em curso no Mali. A maioria dos refugiados são mulheres e crianças. 63,4% dos refugiados são crianças de idades compreendidas entre 0 a 17 anos, 34,5% são pessoas com idades entre 18 a 59, enquanto 2,1 são de idade superior a 60 anos. De momento, o afluxo reduziu para cerca de 300-500 recém-chegados por dia. Devido ao número crescente de refugiados que chegam, a ACNUR estabelecerá um segundo campo para acomodar os recém-chegados. O actual campo está cheio e dificilmente poderá acomodar os refugiados recém-chegados, e com o conflito ao longo da fronteira a agravar-se em vez de diminuir.

11. Na área de segurança, o Governo da Mauritânia mantém a segurança geral no Campo e à volta do mesmo, embora tanto o Governo como o ACNUR envidem os maiores esforços no sentido de assegurar que o Campo mantenha o seu carácter humanitário e integridade. Outros intervenientes humanitários no Campo incluem Oxfam, que está a proporcionar recursos na área de Água, Saneamento e Higiene (WASH). Nutrição, saúde e educação também recebem a atenção adequada através das actividades da UNICEF.

12. Da visita torna-se evidente que mais recursos serão ainda necessários para a manutenção do campo existente bem como para o proposto.

Níger

13. O Subcomité visitou Níger entre fins de Agosto e princípio de Setembro de 2012. A missão reuniu-se com altos dirigentes do Governo: Primeiro-ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Secretário-geral de Balevara Commune, e organizações humanitárias, nomeadamente: ACNUR, OCHA, FAO, UNICEF e OIM. Os responsáveis e as agências fizeram uma análise detalhada da complexa situação humanitária prevalecente no país e das medidas tomadas até então para a resolução do problema.

14. O Governo do Níger agradeceu à União Africana pelo gesto da concessão de doação para aliviar a situação de insegurança alimentar no Sahel em geral e na República do Níger em particular. Fez-se referência à situação humanitária no Sahel que se agravou ainda mais com o actual conflito no Mali. Na sua análise da situação de insegurança alimentar no Níger, o Governo registou que os poucos cereais produzidos no país são vendidos no mercado nigeriano a preços mais elevados, acentuando assim a escassez que afecta o país. O efeito e impacto das inundações e outras adversidades climáticas, incluindo outras causas parasitárias afectaram de forma negativa a terra, a pecuária e a produção pesqueira. A delegação foi também informada acerca das recentes inundações que ocorreram em várias partes do país e que provocaram a deslocação interna de 35.000 pessoas que foram acolhidas nas escolas primárias. Salientou-se igualmente que 55 por cento das crianças do país sofre de subnutrição crónica. O número de refugiados no País é estimado em 61.880, sendo todos malianos, com excepção de 3 000 de origem argelina.

15. Uma cerimónia de entrega simbólica foi organizada pelo Programa Alimentar Mundial para representar o apoio da UA a quatro Estados do Sahel, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e República do Níger. A cerimónia realizou-se na aldeia de Winditan, na Comuna de Baleyara, localizada a 90 Km a Nordeste de Niamey. A componente da doação que reverteu a favor do Níger assegurou a compra de 137 toneladas. A ajuda alimentar beneficiou cerca de 1.166 agregados familiares ou 7.611 beneficiários, constituídos por 4.017 homens e 3.594 mulheres. Foi em reconhecimento da grave situação que subsiste na Região que o gesto simbólico foi feito.

Observações e Recomendações da Missão ao Níger e à Mauritânia

16. A observação imediata da Delegação é o facto da natureza cíclica da situação de seca no Sahel que provoca frequente insegurança alimentar. Em segundo lugar, o efeito adverso das alterações climáticas tem ainda agravado a situação ambiental, na medida em que as suas consequências se manifestam agora de várias formas, nomeadamente através da seca persistente e deslocação gradual, que contribuem para reduzir ainda mais a resistência das comunidades em relação às condições ambientais adversas.

17. Considerando as observações, é necessário que soluções a médio e longo prazos sejam apresentadas e implementadas com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável na região. Para o efeito, recomendou-se que a União Africana, em colaboração com os seus parceiros e as Comunidades Económicas Regionais, deve organizar uma conferência para analisar pormenorizadamente as soluções duradouras a níveis nacional, regional e continental, que especificam as medidas a médio e longo prazos para combater a insegurança alimentar no Sahel e em outras regiões áridas do continente.

18. Registando que o conflito no Mali serve como uma motivação para a deslocação forçada, numa região já precária, e reconhecendo ainda que esforços consideráveis estão a ser envidados para se chegar a uma resolução duradoura do conflito, os líderes do continente devem aprofundar a exploração dos elementos implicados na origem do conflito de modo a assegurar que todas as diversas questões sejam resolvidas, não se poupando a esforços. Isto é para garantir que todas as queixas sejam devidamente escutadas.

19. Os Governos de Burkina Faso, Mauritânia e Níger devem ser elogiados por acolherem os refugiados do Mali e pela hospitalidade concedida às populações afectadas, particularmente através das comunidades de acolhimento nos dois países irmãos.

III. CONCLUSÃO

20. O Subcomité do CRP sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas continuará a implementar o seu Programa de Trabalho, enquanto ao mesmo tempo recomenda o Conselho Executivo a analisar de forma crítica as recomendações emanadas das várias missões, uma vez que algumas delas são de extrema urgência e importância para implementação.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5517844
Website: www.africa-union.org

SC8861

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Segunda Sessão Ordinária

21 - 25 de Janeiro de 2013

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/751 (XXII)v

Original : Inglês

Addendum

**RELATÓRIO DO SUB-COMITÉ SOBRE OS REFUGIADOS,
REPATRIADOS E DESLOCADOS EM ÁFRICA**

ADENDA – MISSÃO À ZÂMBIA

RELATÓRIO DO SUB-COMITÉ SOBRE OS REFUGIADOS, REPATRIADOS E DESLOCADOS EM ÁFRICA

Missão à Zâmbia

1. O Sub-Comité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos visitou a Zâmbia entre 17 e 21 de Dezembro de 2012. O Embaixador da República do Congo S. Ex.^a Makayat Safouesse Lazare, chefiou a delegação. Os objectivos da missão foram:

- i) manter consultas com representantes governamentais, particularmente com os responsáveis pelas questões humanitárias, representantes do ACNUR, PAM, IOM, bem como os parceiros de implementação do Governo;
- ii) avaliar o impacto provocado pelos refugiados e requerentes de asilo no país, bem como avaliar as condições humanitárias, através de visitas aos refugiados e aos requerentes de asilo;
- iii) sensibilizar os Estados Membros e a comunidade internacional, bem como a população local, através da imprensa, sobre o problema dos refugiados;
- iv) manifestar apreço ao Governo, incluindo as comunidades locais pelo esforço que envidaram e pelas medidas que tomaram no sentido de garantir asilo aos refugiados por quase 50 anos;
- v) ter a oportunidade de verificar in loco as medidas tomadas pelo Governo e outras organizações humanitárias para fazer face à situação da ajuda humanitária e protecção dos refugiados e requerentes de asilo;
- vi) sensibilizar os Estados Membros e a Comunidade Internacional no sentido de continuarem a contribuir de forma generosa para os projectos dos refugiados; e
- vii) analisar as verdadeiras causas do fluxo de refugiados e apoiar o Governo em relação às medidas já adoptadas até ao momento para a integração local dos refugiados angolanos, questão considerada como uma das soluções duradouras para os problemas dos refugiados

2. A missão reuniu-se com os Representantes do Governo de alto nível no Ministério do Interior, ACNUR, PAM, IOM, e parceiros de implementação,

principalmente os organismos paraestatais e realizaram debates profícuos. Além disso, foi dada à missão a oportunidade de visitar o centro de Muyukwayukwa, cerca de 600 km de Lusaka, onde os antigos refugiados estão a ser integrados.

3. O chefe da delegação começou por agradecer ao Governo da República da Zâmbia pelos seus esforços contínuos e pelo seu compromisso de conceder asilo aos milhares de refugiados e requerentes de asilo por quase 50 anos e também por respeitar os instrumentos jurídicos internacionais sobre a deslocação forçada, incluindo a Convenção da UA para a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos (Convenção de Kampala), que entrou em vigor em 6 de Dezembro de 2012. Ele encorajou o país a incorporar a Convenção, uma vez que contribuirá muito para aliviar o sofrimento dos DIs.

4. O chefe da delegação elogiou igualmente o Governo pelas medidas que tomou no sentido de integrar os refugiados angolanos, embora outros refugiados sejam auto-suficientes nos assentamentos e nas áreas urbanas, portanto, o principal objectivo do Sub-Comité consistiu em visitar o país e demonstrar solidariedade ao Governo e aos refugiados, contribuindo com um total de 100.000,00 US dólares para apoiar a integração local dos 10.000 refugiados angolanos no país, beneficiando assim igualmente as comunidades de acolhimento.

5. O Ministro do Interior manifestou o seu apreço à Delegação da UA e agradeceu a doação feita para apoiar à integração local de 10.000 refugiados angolanos no país, de que as comunidades de acolhimento também beneficiarão. Apelou a comunidade internacional a seguir o exemplo. Foram prestadas informações detalhadas sobre a situação dos antigos refugiados angolanos quanto à integração local, tendo sido enfatizado que nem todos os antigos angolanos estariam qualificados para a integração local, de acordo com os critérios. Propostas de projectos para a comunidade internacional também serão elaboradas para a boa integração local que se prevê estar concluída em cerca de três anos.

6. Segundo dados do Governo, a actual população de refugiados no país é estimada em cerca de 48.000, dos quais cerca de 23.000 são angolanos e 14.000 são congolezes da RDC e os restantes são provenientes principalmente do Ruanda, Burundi e Somália. Existem refugiados urbanos e requerentes de asilo, enquanto refugiados instalados espontaneamente, por conta própria se encontram em 28 Distritos de 5 províncias, sobretudo ao longo das fronteiras do país com Angola e a República Democrática do Congo. É de salientar que vários refugiados, tanto nos assentamentos como nas áreas urbanas são auto-suficientes.

7. Durante a reunião, foi realizada uma cerimónia simbólica de entrega de 100.000,00 US dólares ao ACNUR para a integração local de 10.000 refugiados angolanos. O Ministro também aproveitou a ocasião para fazer o lançamento da emissão da autorização de imigração para uma família, no âmbito do programa de integração local.

Visita ao Centro de Refugiados de Mayukwayukwa

8. A missão visitou o centro de refugiados de Mayukwayukwa no distrito de Kaoma, na parte ocidental da província, cerca de 600 km de Lusaka. Foi criado em 1966 e é um dos centros de refugiados mais antigos de África com 10.030 refugiados, dos quais 7.878 são angolanos. A maioria dos refugiados é auto-suficiente, uma vez que pratica a agricultura de subsistência. Os vários parceiros de implementação do Governo estão a operar nas áreas da imigração, segurança e polícia, desenvolvimento comunitário, saúde, água e educação. Deram informações detalhadas em relação às suas áreas de actuação. A delegação visitou alguns locais, nomeadamente clínicas, escola secundária, turbina e o assentamento de um modo geral. Além disso, a delegação testemunhou o processo de pedido de integração local de alguns antigos refugiados.

Observações e Recomendações

Observações

9. As autoridades da Zâmbia, as organizações humanitárias, bem como os refugiados, registaram com apreço os trabalhos da missão de avaliação da União Africana e, por conseguinte, foram proporcionadas grande atenção e assistência à delegação.

10. O Governo congratulou-se com a doação feita pela União Africana de 100.000 US dólares com vista à integração local dos refugiados angolanos, cujo montante beneficiará também a comunidade local, a primeira doação do género para fins de integração.

11. A missão reconheceu e agradeceu o papel importante que o Governo, as agências das Nações Unidas, bem como os parceiros de implementação do Governo, na procura da solução do problema de milhares de refugiados e requerentes de asilo.

12. Os debates e a troca de opiniões com os representantes do Governo, as agências das Nações Unidas e os parceiros de implementação, bem como a visita ao

centro de refugiados possibilitou a percepção da situação humanitária, que será utilizada para a solicitação de fundos à comunidade internacional.

13. A missão observou que o Governo se vê confrontado com a enorme tarefa de cumprir o compromisso assumido de integração local dos refugiados angolanos.

14. A missão foi bem-sucedida no cumprimento dos seus objectivos por causa do excelente programa de trabalho elaborado pelo Governo e pelo ACNUR, e pela cooperação prestada à delegação ao longo da visita.

15. A missão deseja deste modo manifestar o seu mais alto apreço e gratidão ao Governo e ao ACNUR por facilitarem a missão.

Recomendações

16. Deve-se realçar que a doação inicial da União Africana de 100.000,00 US dólares visava apoiar a integração local de 10.000 refugiados angolanos no país e as comunidades de acolhimento nas áreas em que estão situados os pontos de água (50.000 US dólares), e duas escolas primárias existentes (50.000 US dólares). No entanto, depois da visita ao centro de Mayukwayukwa, decidiu-se que era mais importante que o dinheiro fosse utilizado onde é mais necessário.

17. É neste contexto que a delegação recomenda que entre 50% e 65% do dinheiro deve ser utilizado para a substituição das peças sobresselentes desgastadas e melhoria da turbina. A turbina foi instalada por uma ONG italiana, COSPE, em 1990, com uma capacidade para 24 kilo watts. Primeiro serviu 31 famílias, contudo, mais tarde passou a beneficiar 72 famílias, para além de ser utilizada para a irrigação e auxiliar na produção de milho no assentamento. A capacidade desta turbina seria melhorada para 1 megawatts, a fim de permitir o fornecimento de electricidade ao centro de Mayukwayukwa, incluindo a escola secundária e a clínica, bem como aos arredores da província de Kaoma, beneficiando assim o povoado inteiro e não só. O montante restante seria utilizado para os pontos de água. O dinheiro seria ainda concedido ao ACNUR para a implementação dos programas.

18. Além disso, a Zâmbia está ainda a lidar com a situação de milhares de refugiados e requerentes de asilo, e recentemente com a integração local de milhares de angolanos. Portanto, se, por um lado, o Governo precisa da assistência da comunidade internacional, por outro lado, precisa da cooperação e colaboração das

agências humanitárias para cumprir com as suas obrigações, de acordo com as leis internacionais, nas seguintes áreas:

- A urgência de implementar o programa de integração local para os antigos 10.000 refugiados angolanos;
- A necessidade de continuar a apoiar os esforços do país para atender os refugiados e requerentes de asilo;
- A necessidade de trabalhar em estreita colaboração com o Governo de Angola, para a integração local dos refugiados angolanos, e com os governos dos países de asilo para eventuais repatriamentos dos seus cidadãos;
- A necessidade da União Africana continuar a sensibilizar os Estados Membros e a comunidade internacional para ajudar os refugiados e requerentes de asilo e contribuir para a integração local dos angolanos; e
- A necessidade do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos continuar a acompanhar a evolução da integração local dos refugiados angolanos.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report on the activities of the PRC sub-committee on refugees, returnees and internally displaced persons in African

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4660>

Downloaded from African Union Common Repository